



Janeiro 2018

José Miguel Oliveira | jmo@vda.pt
Joana Pacheco | jlp@rlaadogados.com
Hugo Sipitali | hgs@rlaadogados.com

PROJETOS – INFRAESTRUTURAS, ENERGIA & RECURSOS NATURAIS

ANGOLA | ALTERAÇÕES AO REGIME DE INVESTIMENTO PRIVADO EM ANÁLISE PELO EXECUTIVO

O Governo Angolano está a analisar a possibilidade de introduzir um novo modelo operacional para a realização de operações de investimento privado no país. As bases deste novo modelo foram recentemente publicadas pela Unidade Técnica para o Investimento Privado (“UTIP”) – serviço técnico especializado criado em 2015 e responsável por assessorar o Chefe do Executivo em questões de investimento privado – num documento denominado “*Novo Quadro Operacional do Sistema de Investimento Privado*” (“NQOSIP”). Em síntese, o NQOSIP recomenda a introdução de duas alterações estruturais ao paradigma actual, a saber:

1. Fusão da UTIP com a Agência para a Promoção do Investimento e Exportações de Angola (“APIEX); a entidade que resulte desta fusão ficaria simultaneamente responsável (a) por promover o investimento directo estrangeiro e nacional no país e (b) pelo desenvolvimento de políticas de apoio e incentivo às exportações e internacionalização;
2. Estabelecimento de um Sistema Único de Investimento Privado (Aprovação Única); a implementação deste sistema teria como consequência imediata a extinção das unidades técnicas de apoio ao investimento criadas junto dos vários ministérios e províncias e com responsabilidades pela aprovação de contratos de investimento.

Nos termos do NQOSIP, o Sistema Único de Investimento Privado assenta num modelo *One Stop Shop* e poderá ser implementado:

- a) Pela criação de uma estrutura dentro da entidade responsável em matérias de investimento privado; para além de tratar de aspectos directamente relacionados com investimento, esta nova estrutura ficaria também responsável por assistir os investidores privados na fase de “pré-implementação” dos seus projectos, i.e., quer no processo de constituição e licenciamento de sociedades, como na obtenção de autorizações necessárias à execução das suas actividades; ou
- b) Através da criação de canais privilegiados/*vias verdes* ao investimento junto dos serviços de Administração Pública; estes serviços seriam responsáveis por apoiar os investidores na fase de “pré-implementação” dos seus projectos e estariam sujeitos ao cumprimento de prazos e procedimentos específicos com vista a tornar o processo mais expedito.

Para a UTIP, a implementação das recomendações decorrentes do NQOSIP assume uma importância vital para a captação de investimento e desenvolvimento económico e social do país.

De acordo com uma nota de imprensa da Casa Civil da Presidência, o Presidente João Lourenço acaba de nomear uma comissão composta por membros de vários ministérios e pelo Governador do Banco Nacional de Angola, a quem confiou a incumbência de, entre outros, analisar e rever o paradigma actual de investimento. Esta comissão tem 30 dias para apresentar as suas conclusões.